



Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil em 30 de junho de 2025





SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS	9
01 CONTEXTO OPERACIONAL	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E DEMAIS CONTAS A RECEBER	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	14
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	14
09 IMOBILIZADO	15
10 INTANGÍVEL	15
11 FORNECEDORES	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	16
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	17
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E PROVISÕES COM DESPESAS DE PESSOAL	17
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	19
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	20
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	20
20 RESULTADO FINANCEIRO	20
21 SEGUROS DE RISCOS	21
22 EVENTOS SUBSEQUENTES	21





Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	260.610	237.037
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		201	178
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	49.190	58.212
Adiantamentos a Pessoal	7	41.058	21.859
Demais Contas a Receber	6	5.068	3.321
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	25.097	27.996
Importação em Andamento		197	3.164
Despesas Pagas Antecipadamente	_	449	990
	_	381.870	352.757
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.375	1.609
Imobilizado	9	946.141	951.002
Intangível	10	1.478	1.631
	-	948.994	954.242
Total do Ativo	=	1.330.864	1.306.999





Balanços Patrimoniais

Passivo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	11	30.754	26.971
Obrigações Tributárias e Sociais	12	79.026	98.722
Obrigações com Pessoal	13	84.596	92.826
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	304.357	248.879
Outras Obrigações		31.040	12.812
		529.773	480.210
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		12.797	23.812
Contingências Passivas	14	831.739	792.402
		844.536	816.214
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	15	1.293.468	1.284.791
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		5.021	8.813
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(20.503)	(20.113)
Prejuízos Acumulados		(1.321.431)	(1.262.916)
		(43.445)	10.575
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.330.864	1.306.999





Demonstrações do Resultado

	<u>Nota</u>	Período de 01/04/2025 a 30/06/2025	Período de 01/04/2024 a 30/06/2024	Período de 01/01/2025 a 30/06/2025	Período de 01/01/2024 a 30/06/2024
Receita Operacional Bruta		87.494	77.396	174.858	153.683
Serviços Prestados		87.494	77.396	174.858	153.683
Deduções Da Receita Bruta		(807)	(643)	(1.601)	(1.280)
PIS sobre Faturamento		(144)	(115)	(285)	(228)
COFINS sobre Faturamento		(663)	(528)	(1.316)	(1.052)
Receita Operacional Liquida	16	86.687	76.753	173.257	152.403
Custos Dos Serviços	17	(515.449)	(471.563)	(982.168)	(898.622)
Resultado Operacional Bruto		(428.762)	(394.810)	(808.911)	(746.219)
Despesas Operacionais		(104.332	(82.298)	(199.794)	(153.884)
Despesas Administrativas	17	(82.332)	(80.810)	(160.457)	(152.396)
Provisão para Contingências	17	(22.000)	(1.488)	(39.337)	(1.488)
Outras Receitas e Despesas	19	7.847	(335)	11.964	11.926
Receitas		10.345	555	16.000	15.744
Despesas		(2.473)	(488)	(3.347)	(3.411)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(25)	(402)	(689)	(407)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(525.247)	(477.443)	(996.741)	(888.177)
Resultado Financeiro	20	819	1.112	1.123	1.924
Despesas Financeiras		(887)	(54)	(2.213)	(241)
Receitas Financeiras		1.706	1.166	3.336	2.165
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(524.428)	(476.331)	(995.618)	(886.253)
Subvenções do Tesouro Nacional		452.499	425.439	930.599	859.364
Repasses para Subvenções e Doações Governamentais		(3.283)	(867)	(4.902)	(2.556)
Reversões e Repasses Concedidos		10.964	11.037	11.016	11.079
Resultado do Período		(64.248)	(40.722)	(58.905)	(18.366)
Demonstrações do Resultado Abrangente					
		Período de 01/04/2025 a 30/06/2025	Período de 01/04/2024 a 30/06/2024	Período de 01/01/2025 a 30/06/2025	Período de 01/01/2024 a 30/06/2024
Resultado do Período		(64.248)	(40.722)	(58.905)	(18.366)
Realização da Avaliação Patrimonial	15	195	197	390	397
Reversão de Menos Valia Resultado Abrangente do Período		(64.053)	(40.525)	(58.515)	(17.943)
~					· /





Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.247.924	36.867	(19.297)	(1.283.884)	(18.390)
Realização da Avaliação Patrimonial	15 (a)	-	=	(423)	423	-
Aumento de Capital		36.867	(36.867)	=	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		=	2.079	=	=	2.079
Resultado do Período		<u> </u>	=	=	(18.366)	(18.366)
Saldo em 30 de junho de 2024		1.284.791	2.079	(19.720)	(1.301.827)	34.677
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.284.791	8.813	(20.113)	(1.262.916)	10.575
Realização da Avaliação Patrimonial	15 (a)	-	-	(390)	390	-
Aumento de Capital		8.677	(8.677)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	4.885	-	-	4.885
Resultado do Período			<u>-</u>	-	(58.905)	(58.905)
Saldo em 30 de junho de 2025		1.293.468	5.021	(20.503)	(1.321.431)	(43.445)





Demonstrações dos Fluxos de Caixa	30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
•	(50.005)	(19.266)
Resultado do Período	(58.905)	(18.366)
Ajustes para Reconciliar o Resultado	12.845	15.080
Ajustes de Depreciação/Amortizações	15.863	14.440
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(44)	(43)
Variação Cambial Passiva (Importação)	2.139	80
Variação Cambial Ativa (Importação)	(214)	(66)
Baixa de Bens Imobilizados	3.928	4.108
Produção de Bens em Estoque	(1.745)	(1.893)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(1.670)	123
Doações de Bens Móveis	(5.086)	(616)
Doações de Mercadorias	(326)	(1.052)
Variação de Ativos e Passivos	87.379	15.936
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	6.126	(15.048)
Adiantamentos a Pessoal	(19.199)	(14.589)
Outras Contas a Receber (CP e LP)	2.796	(20)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	234	26
Importações em Andamento (Estoque)	2.967	757
Estoques	4.970	6.493
Despesas Pagas Antecipadamente	540	447
Fornecedores	3.783	(1.148)
Outras Obrigações a Pagar	18.555	267
Obrigações com Pessoal	(8.230)	(13.128)
Obrigações Sociais a Pagar	(3.885)	8.382
Obrigações Tributárias a Pagar	(15.810)	(9.912)
Adiantamentos de Clientes	(284)	(13)
Provisão para Férias	(3.001)	2.723
Provisão para 13º salário	53.120	49.125
Provisão para Licença Especial	5.360	4.031
Provisão pra Contingências	39.337	(2.457)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	41.319	12.650
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(4.518)	(1.434)
Aquisições de Bens Móveis	(6.390)	(1.380)
Aquisições de Importação em Andamento	(708)	(200)
Aquisição de Intangíveis		(60)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	(11.616)	(3.074)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	(11.015)	(10.602)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.885	2.079
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	(6.130)	(8.523)
Caixa Adicionado/(Consumido) no Período	23.573	1.053
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	237.037	160.231
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	260.610	161.284
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	23.573	1.053





Demonstrações do Valor Adicionado

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		
Prestação de Serviços	174.858	153.683
Outras Receitas	13.064	15.207
Prov. Créd. Liq. Duvidosa Reversão/(Constituição)	(155)	(973)
1	187.767	167.917
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	129.341	113.748
Serviços de Terceiros	93.717	91301
Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.499	1.090
1	225.557	206.139
Valor Adicionado Bruto	(37.790)	(38.222)
Despesas com Depreciação/Amortização	(19.102)	(18.848)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(56.892)	(57.070)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	3.336	2.165
Repasses Recebidos (-) Subvenções	925.689	856.807
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	11.024	11.079
Receitas de Aluguéis	3.299	1.039
Receitas de Alugueis	943.348	871.090
	<u> </u>	0,1,0,0
Valor Adicionado Total a Distribuir	886.456	814.020
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	648.562	564.412
Benefícios	68.234	52.423
FGTS	49.379	47.495
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	174.980	165.654
Estaduais/Municipais	50	35
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	2.213	241
Locação de Imóveis	6	384
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.937	1.742
Remuneração dos Capitais Próprios	(=0.00=)	(40.5.4)
Resultado do Período	(58.905)	(18.366)
Valor Adicionado Distribuído	886.456	814.020





Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n ° 5.604, de 2 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um hospital geral e universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), de convênios e particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o à Lei nº 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF), da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretor-Presidente, Diretor Médico, Diretora Administrativa, Diretora de Enfermagem, Diretora de Ensino e Diretora de Pesquisa.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, incluindo a Lei nº 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, ao qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o Real (R\$).

As demonstrações foram aprovadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 2 de setembro de 2025.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas demonstrações contábeis.





(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanco (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de junho de 2025. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 30 de junho de 2025. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado, quando incorridos.





Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas demonstrações contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

Bens	Vida Útil Estimada
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Máquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis e Utensílios Diversos	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Instituição revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por avaliações internas, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

(k) Obrigações Tributárias

São registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal n° 306/93 e n° 07/73 e leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB n° 1.234/2012 e n° 2.110/2022. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo n° 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio-alimentação, entre outros, sendo reconhecidos no resultado da competência em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.





O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 38.701 (cíveis) e R\$ 61.869 (trabalhistas), totalizando R\$ 100.570.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Servicos Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a análise por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Arrendamentos

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, concluiu-se que todas as características que implicariam um arrendamento operacional representam obrigação dos fornecedores nos contratos formalizados com a Instituição, optando assim pelo reconhecimento e divulgação dos contratos fora da classificação de arrendamentos.

(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo ao Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no endereço www.hcpa.edu.br e intranet.





03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro, resultante de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição de não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado com o monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A esta Coordenadoria compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente. A administração não espera nenhuma perda decorrente por inadimplência em valor superior ao já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações. Para o exercício de 2025, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 15.121, de 10 de abril de 2025.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 468, realizada em 13 de dezembro de 2021, o critério de apuração das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) relativas a perdas prováveis (*impairment*) de contas a receber de clientes, utilizando como critério as contas vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido da totalidade de títulos em glosa ou protestados.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	35	24
Bancos – Conta Corrente	20.933	-
Depósitos Bancários de Curto Prazo	453	451
Limite de Saque	239.189	236.562
Saldo Contábil	260.610	237.037

A conta bancos – conta corrente – é composta , desde janeiro de 2025, por dois depósitos recebidos da Secretaria da Saúde, de R\$ 11.882 mil e R\$ 8.118 mil, conforme Termo FPE n° 4857/2024 - Processo n° 24/2000-0051889-





5 e Termo FPE nº 5703/2024 - Processo 24/2000-0025583-5 respectivamente. O recurso é destinado ao projeto do Centro Integrado de Oncologia – CIONCO.

Já a conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços e Demais Contas a Receber

_	30/06/2025	31/12/2024
Sistema Único de Saúde (SUS)	33.409	42.318
Convênios Privados	14.485	14.980
Clientes Particulares	8.303	6.549
Créditos Diversos	1.596	4.638
Subtotal	57.793	68.485
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.603)	(10.273)
Valor Líquido a Receber	49.190	58.212

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "Impairment").

Em 30 de junho de 2025 o grupo Demais Contas a Receber somava R\$ 5.068 mil, composto principalmente por recursos a receber da Fundação Médica do Rio Grande do Sul, fundação de apoio ao HCPA nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação. O montante administrado pela referida fundação é de R\$ 4.330 mil, e está amparado em acordos de cooperação, cujos objetos são ações conjuntas para a execução de projetos de desenvolvimento institucionais.

07 Adiantamentos de Pessoal

_	30/06/2025	31/12/2024
Décimo Terceiro Salário	33.630	10.921
Férias	7.405	10.932
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	23	6
Saldo Contábil	41.058	21.859

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2025, enquanto que o saldo de férias se refere ao pagamento em junho relativo à competência julho de 2025.

08 Estoques de Materiais de Consumo

_	30/06/2025	31/12/2024
Medicamentos	7.268	9.373
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	9.258	10.223
Material de Órtese e Prótese	2.623	2.571
Materiais e Utensílios	741	674
Rouparia (uniformes)	722	837
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	227	304
Material de Expediente, Informática e Gráfico	112	158
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	63	51
Materiais de Engenharia e Ferramentas	4.083	3.805
Saldo Contábil	25.097	27.996





Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Em 30 de junho de 2025 os estoques garantiam 34 dias de utilização.

09 Imobilizado

	Tx.%	Custo	Depreciação	30/06/2025	31/12/2024
Edifícios	1	808.806	(118.964)	689.842	695.850
Terrenos	-	67.406	=	67.406	67.406
Obras Andamento/Estudos e Projetos	-	41.539	=	41.539	37.021
Instalações	10	25.776	(16.209)	9.567	10.317
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	335.570	(226.415)	109.155	110.766
Informática	20 a 50	43.489	(27.967)	15.522	15.291
Veículos Diversos	10 a 20	928	(807)	121	145
Subtotal Imobilizado		1.323.514	(390.362)	933.152	936.796
Bens Móveis em Andamento		12.989	<u> </u>	12.989	14.206
Saldo Contábil		1.336.503	(390.362)	946.141	951.002

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 01/01/2025	Aquisições	Transferências	Baixas [2]	Custo 30/06/2025
Edifícios	808.806	-	=	-	808.806
Terrenos	67.406	-	-	-	67.406
Obras em Andamento [1]	62.797	4.518	-	-	67.315
Bens Móveis e Máquinas	329.821	9.552	-	(3.803)	335.570
Informática	41.690	1.924	-	(125)	43.489
Veículos Diversos	928				928
Total Imobilizado	1.311.448	15.994		(3.928)	1.323.514

^[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de instalações e de estudos e projetos.

[2] A instituição realizou a baixa de 54 bens imobilizados, sendo 77% dos itens relacionados a bens irrecuperáveis e antieconômicos, incluindo equipamentos hospitalares de grande porte, os quais foram leiloados. Os demais bens foram baixados por troca em garantia.

10 Intangível

	<u>Tx %</u>	Custo	Amortização	30/06/2025	31/12/2024
Software	20 a 50	9.245	(7.767)	1.478	1.631
Saldo Contábil		9.245	(7.767)	1.478	1.631

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.





Movimentação do Ativo Intangível

	Custo 01/01/2025	Aquisições	Baixas	Custo 30/06/2025
Software	9.245	-	-	9.245
Total Intangível	9.245			9.245

11 Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024
Unimed Porto Alegre	4.679	4.516
Centro Saneamento e Serviços Avançados Ltda.	1.022	-
Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.	932	676
Companhia de Gás do Estado do RS	830	674
Sulamericana Engenharia Ltda.	631	-
Fortpel - Comércio de Descartáveis Ltda.	621	395
Betron Tecnologia em Seguranca Ltda.	496	-
Fresenius Kabi Brasil Ltda.	450	348
Trimedcall Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda.	422	439
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	401	407
E.Tamussino e Cia Ltda.	398	395
Grifols Brasil Ltda	396	322
Life Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda	395	583
Roche Diagnóstica Brasil Ltda.	391	298
	12.064	9.053
Demais fornecedores	18.690	17.918
Saldo Contábil	30.754	26.971

Os saldos dos fornecedores estão apresentados em ordem decrescente. O montante de R\$ 18.690 está pulverizado em 570 fornecedores em 30 de junho de 2025.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

30/06/2025	31/12/2024
2.825	2.763
33.410	48.115
217	1.177
47	255
36.499	52.310
42.527	46.412
42.527	46.412
79.026	98.722
	2.825 33.410 217 47 36.499 42.527 42.527

Na conta Obrigações Tributárias são registrados as contribuições federais (PIS e COFINS) sobre as receitas próprias, o imposto sobre a renda retido sobre a folha de pagamento dos funcionários e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal n° 306/93 e n° 07/73 e IN/RFB n° 1.234/2012 e n° 2.110/2022. Os tributos federais retidos dos fornecedores, o imposto sobre a renda da folha de pagamento e os encargos previdenciários são recolhidos aos cofres públicos por meio de DARF única gerada a partir do fechamento entre eSocial, EFD-Reinf e transmissão da DCTFWeb. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo n° 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.





13 Obrigações com Pessoal

	30/06/2025	31/12/2024
Salários, Remuneração e Benefícios	70.330	79.375
Previdência e Assistência Médica	7.391	7.020
Empréstimos e Financiamentos	5.514	5.295
Outras Despesas de Pessoal	1.361	1.136
Saldo Contábil	84.596	92.826

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de junho de 2025. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de julho de 2025.

14 Contingências Passivas e Provisões com Despesas de Pessoal

			30/06/2025	31/12/2024
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	-	831.739	831.739	792.402
Férias a Pagar (b)	162.025	=	162.025	165.026
Décimo Terceiro a Pagar (c)	53.119	-	53.119	-
Licença Especial (d)	89.213	-	89.213	83.853
Saldo Contábil	304.357	831.739	1.136.096	1.041.281

(a) Contingências

			30/06/2025	31/12/2024
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Trabalhistas		799.514	799.514	767.717
Cíveis	-	32.225	32.225	24.685
Saldo de Contingências	<u> </u>	831.739	831.739	792.402

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O saldo das contingências trabalhistas comporta, entre outras, a ação civil coletiva nº 0020639-29.2021.5.04.0014, interposta pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em julho de 2021. A ação trata da ausência de intervalos legais intrajornadas de profissionais médicos, previstos no artigo 71°, § 4°, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 8°, § 1°, da Lei 3.999/61, abrangendo em torno de 740 médicos ativos e 220 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. O SIMERS recorreu da decisão de primeira instância que extinguiu o processo sem resolução do mérito, logo o processo aguarda encaminhamento ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª. região para julgamento. Em 30 de junho de 2025, a ação possui valor estimado em R\$ 370.169 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

No quarto trimestre de 2022 foi ajuizada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS) a Ação Civil Pública nº 0020855-26.2022.5.04.0023. A ação trata de pedido de declaração de nulidade por ausência de previsão legal do regime de trabalho de 12 horas aos sábados, domingos e feriados para os substituídos e pagamento de horas extras excedentes à sexta hora diária e 36ª semanal, abrangendo em torno de 142 enfermeiros ativos e 66 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. Em 30 de junho de 2025, a ação possui valor estimado em R\$ 62.016 mil e possui expectativa de perda provável, conforme os advogados do HCPA.





(b)	Férias	a Pagar
------------	--------	---------

Férias	(b)	Férias a Pagar	-0.40.5.4-0	
Saldo Inicial 120.105 108.376 Baixas (14.344) (16.996) Apropriações 12.117 228.725 Total de Férias 117.878 120.105			30/06/2025	31/12/2024
Baixas				
Apropriações 12.117 28.725 Total de Férias 117.878 120.105 Encargos Sobre Férias Saldo Inicial 44.921 40.528 8aixas (5.294) (6.342) Apropriações 4.520 10.735 10.105				
Total de Férias 117.878 120.105				
Encargos Sobre Férias Saldo Inicial 44.921 40.528 Baixas (5.294) (6.342) Apropriações 4.520 10.735 Total de Encargos sobre Férias 44.147 44.921 Saldo de Férias a Pagar 162.025 165.026 (c) Décimo Terceiro a Pagar 30/06/2025 31/12/2024				
Saldo Inicial 44,921 40,528 Baixas (5,294) (6,342) Apropriações 4,520 10,735 Total de Encargos sobre Férias 44,147 44,921 Saldo de Férias a Pagar 162,025 165,026		Total de Férias	117.878	120.105
Baixas		Encargos Sobre Férias		
Apropriações 4.520 10.735 Total de Encargos sobre Férias 44.147 44.921 162.025 165.026 165.026 165.026		Saldo Inicial		40.528
Total de Encargos sobre Férias 44.147 44.921 Saldo de Férias a Pagar 162.025 165.026 (c) Décimo Terceiro a Pagar 30/06/2025 31/12/2024 Décimo Terceiro 3aldo Inicial - - Saldo Inicial - - - Baixas (59) - Apropriações 38.704 - Encargos Sobre Décimo Terceiro 38.645 - Encargos Sobre Décimo Terceiro - - Saldo Inicial - - Baixas (22) - Apropriações 14.496 - Total de Encargos Décimo Terceiro 14.474 - Saldo de Décimo Terceiro a Pagar 53.119 - (d) Licença Especial 30/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 54.940				, ,
Saldo de Férias a Pagar 162.025 165.026				
(c) Décimo Terceiro a Pagar 30/06/2025 31/12/2024 Décimo Terceiro 3aldo Inicial - - Baixas (59) - Apropriações 38.704 - Total de Décimo Terceiro 38.645 - Saldo Inicial - - Baixas (22) - Apropriações 14.496 - Total de Encargos Décimo Terceiro 14.474 - Saldo de Décimo Terceiro a Pagar 53.119 - (d) Licença Especial 30/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 30/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 52.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Apropriações 1.644 1.741 </td <td></td> <td>Total de Encargos sobre Férias</td> <td>44.147</td> <td>44.921</td>		Total de Encargos sobre Férias	44.147	44.921
Décimo Terceiro Saldo Inicial -		Saldo de Férias a Pagar	162.025	165.026
Décimo Terceiro Saldo Inicial - - - -	(c)	Décimo Terceiro a Pagar		
Saldo Inicial - - Baixas (59) - Apropriações 38.704 - Total de Décimo Terceiro 38.645 - Encargos Sobre Décimo Terceiro - - Saldo Inicial - - Baixas (22) - Apropriações 14.496 - Total de Encargos Décimo Terceiro 14.474 - Saldo de Décimo Terceiro a Pagar 53.119 - (d) Licença Especial 30/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		_	30/06/2025	31/12/2024
Baixas		Décimo Terceiro		
Apropriações 38.704		Saldo Inicial	-	-
Encargos Sobre Décimo Terceiro Saldo Inicial - - - - -			` · ·	-
Encargos Sobre Décimo Terceiro Saldo Inicial - - - - -				=
Saldo Inicial - - Baixas (22) - Apropriações 14.496 - Total de Encargos Décimo Terceiro 14.474 - Saldo de Décimo Terceiro a Pagar 53.119 - (d) Licença Especial Saldo Inicial 61.053 38/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial Encargos Sobre Licença Especial Saldo Inicial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Total de Décimo Terceiro	38.645	<u> </u>
Baixas (22) - Apropriações 14.496 - Total de Encargos Décimo Terceiro 14.474 - Saldo de Décimo Terceiro a Pagar 53.119 - (d) Licença Especial Saldo Inicial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Apropriações 14.496		Saldo Inicial	-	-
Total de Encargos Décimo Terceiro 14.474 - Saldo de Décimo Terceiro a Pagar 53.119 - (d) Licença Especial 30/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 61.053 58.698 Saldo Inicial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Baixas	(22)	-
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar 53.119 - (d) Licença Especial Licença Especial Saldo Inicial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial Saldo Inicial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Apropriações	14.496	
Licença Especial Saldo Inicial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Total de Encargos Décimo Terceiro	14.474	-
30/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 61.053 58.698 Saldo Inicial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	53.119	
30/06/2025 31/12/2024 Licença Especial 61.053 58.698 Saldo Inicial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800	(d)	Licenca Especial		
Saldo Inicial 61.053 58.698 Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800	()	_	30/06/2025	31/12/2024
Baixas (454) (2.320) Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800				
Apropriações 4.342 4.675 Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800				
Total de Licença Especial 64.940 61.053 Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800			, ,	
Encargos Sobre Licença Especial 22.800 21.924 Saldo Inicial 22.800 (171) (865) Baixas (171) (865) 1.741 Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800				
Saldo Inicial 22.800 21.924 Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Total de Licença Especial	64.940	61.053
Baixas (171) (865) Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800				
Apropriações 1.644 1.741 Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800		Saldo Inicial	22.800	
Total de Encargos sobre Licença Especial 24.273 22.800			` ,	
		_		
Total de Licença Especial a Pagar 89.213 83.853				
		Total de Licença Especial a Pagar	89.213	83.853

15 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social da Instituição pertence integralmente a União, sendo seu valor em 30 de junho de 2025 de R\$ 1.293.468 (um bilhão, duzentos e noventa e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais.





(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Desde o exercício de 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados, com contrapartida no resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(20.113)	(19.297)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(390)	(789)
Reversão de Menos Valia	<u> </u>	(27)
Saldo final	(20.503)	(20.113)

O valor de R\$ 27 em 2024 refere-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. No primeiro semestre de 2025 não houve reversões.

16 Receita Operacional Líquida

	30/06/2025	30/06/2024
Serviços Prestados	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Sistema Único de Saúde – SUS	131.008	117.116
Convênios	31.582	23.998
Particulares	6.395	5.299
Pesquisa e Ensino	4.605	4.873
Outros Serviços	1.268	2.397
Total de Serviços Prestados	174.858	153.683
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(285)	(228)
COFINS sobre Faturamento	(1.316)	(1.052)
Total das Deduções da Receita Bruta	(1.601)	(1.280)
Receita Líquida Operacional	173.257	152.403

A apresentação do Demonstrativo de Resultado está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente.

17 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

			30/06/2025			30/06/2024
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Salários e Encargos	735.153	112.189	847.342	681.875	107.930	789.805
Benefícios de Pessoal	57.028	11.206	68.234	43.311	9.112	52.423
Consumo de Materiais	122.743	4.853	127.596	109.267	2.588	111.855
Depreciações/Amortizações	10.952	8.150	19.102	10.801	8.047	18.848
Despesas c/ Serviços PF e PJ	56.292	24.059	80.351	53.368	24.719	78.087
Subtotais	982.168	160.457	1.142.625	898.622	152.396	1.051.018
Provisões para Contingências		39.337	39.337		1.488	1.488
Saldo Contábil	982.168	199.794	1.181.962	898.622	153.884	1.052.506

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, consumo, depreciação/amortização e serviços.





Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	30/06/2025	30/06/2024
Assistência Médica	9.395	7.203
Auxílio Transporte	1.493	1.692
Auxilio Creche	556	525
Auxilio Alimentação	37.121	24.522
Previdência Privada	19.669	18.481
Saldo Contábil	68.234	52.423

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

19 Outras Receitas e Despesas

1	30/06/2025	30/06/2024
Outras Receitas		
Aluguéis	937	1.039
Contrato de Prestação de Serviços Financeiros	1.763	1.642
Doações de Estoque e Uso Permanente	5.412	1.668
Estacionamento	2.148	-
Leilões	52	36
Ressarcimentos de Funcionários	1.454	1.338
Restituições de Convênios	1.642	2.052
Reversão de PECLD	1.382	1.391
Reversão de Provisões Judiciais	-	3.945
Outros Acréscimos	2.759	2.633
(-) Desvinculação de Receita para a União	(1.549)	-
Total de Outras Receitas	16.000	15.744
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(3.347)	(3.411)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Líquido da Baixa de Bens	(689)	(407)
Baixa de Bens e Outras Despesas		(3.818)
Saldo de Outras Receitas e Despesas	11.964	11.926

20 Resultado Financeiro

_	30/06/2025	30/06/2024
Receita Financeira	_	
Remuneração de Depósitos	3.998	1.414
Juros e Multas Previstos em Contratos	279	641
Variação Cambial e Monetária Ativa	258	110
(-) Desvinculação de Receita para a União	(1.199)	-
Total Receita Financeira	3.336	2.165
Despesa Financeira		
Juros, Multas, Despesas Bancárias e Descontos	(119)	(188)
Variação Cambial e Monetária Passiva	(2.094)	(53)





Total Despesa Financeira	(2.213)	(241)
Saldo Contábil	1.123	1.924

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 808.869 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2024 a 01 de agosto de 2025.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 31 de julho de 2024 a 31 de julho de 2025. A importância segurada com a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. é de R\$ 14.000.

Responsabilidade Civil Diretores & Officer (D&O):

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil dos Diretores e Conselheiros, com vigência de 09 de setembro de 2024 a 09 de setembro de 2025. A importância segurada com a empresa Kovr Seguradora S.A é de R\$ 10.000.

22 Eventos Subsequentes

De 30 de junho de 2025 até 2 de setembro de 2025, data de aprovação destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth Coordenadora Contábil - CRC/RS n° 69.663 Juliana Zwetsch Contadora – CRC/RS n° 81.901

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

Relatório sobre a revisão das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Referente ao 2º trimestre de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.





RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e aos Conselheiros do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 — Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de informações trimestrais.



Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) — Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 2 de setembro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Eliane Tânia Resmini Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1 Sócia Responsável Técnica